

**ANEXO I – EDITAL N.º 222/2025/TJCE**

**REQUERIMENTO**

Ao(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Desembargador(a) Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará,

Em conformidade com as disposições do Edital n.º 222/2025/TJCE, requeiro o credenciamento da entidade abaixo identificada, para fins de recebimento de recursos oriundos de prestações pecuniárias decorrentes de condenações criminais, nos termos do Provimento Conjunto n.º 01/2024/PRES/CGJCE.

**IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE INTERESSADA**

<b>RAZÃO SOCIAL:</b>		
<b>CNPJ:</b>		
<b>ATIVIDADE PRINCIPAL:</b>		
<b>ENDEREÇO:</b>		
<b>BAIRRO:</b>	<b>CIDADE/ESTADO:</b>	<b>CEP:</b>
<b>E-MAIL:</b>		
<b>TELEFONE(S):</b>		

**IDENTIFICAÇÃO DO(A) REPRESENTANTE LEGAL**

<b>NOME:</b>		
<b>CPF:</b>		
<b>ENDEREÇO:</b>		
<b>BAIRRO:</b>	<b>CIDADE/ESTADO:</b>	<b>CEP:</b>
<b>E-MAIL:</b>		
<b>TELEFONE(S):</b>		

**DOCUMENTOS ANEXOS**

- ☐ Formulário Cadastro de Credores do Estado Pessoa Jurídica;
- ☐ Estatuto ou contrato social da entidade (cópia autenticada);
- ☐ Ata de eleição da diretoria (cópia autenticada);
- ☐ Número de inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- ☐ Cédula de identidade e CPF do(s) membro(s) da diretoria (cópias autenticadas), além das respectivas certidões criminais negativas fornecidas pelos órgãos de distribuição da Justiça Estadual (1º e 2º graus) e Federal (1º e 2º graus);
- ☐ Certidões negativas de débitos fornecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como pelas Fazendas Estadual e Municipal;
- ☐ Certidão sobre eventuais ações judiciais movidas contra entidade, expedida pelo órgão de distribuição do foro de sua sede;

☐ Declaração assinada pela autoridade máxima da instituição, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que a entidade não se encontra em mora nem em débito com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta ou Indireta;

☐ Declaração assinada pela autoridade máxima da instituição informando que nenhum dos membros da diretoria, seus(suas) respectivos(as) cônjuges ou companheiros(as), ou seus parentes em linha reta, em linha colateral ou por afinidade até o segundo grau, é agente político de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera governamental;

☐ Declaração assinada pela autoridade máxima da instituição informando que tem ciência das disposições insertas na Resolução do Conselho Nacional de Justiça n.º 558/2024 e no Provimento Conjunto n.º 01/2024/PRES/CGJCE.

Respeitosamente,

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Representante Legal da Entidade